

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90041/2026

COTA UNIVERSAL – GRUPO 01 – AMPLA CONCORRÊNCIA

COTA RESERVADA – GRUPOS 02, 03, 04 E 05 – EXCLUSIVO ME, EPP E EQUIPARADAS

**AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL  
DIVERSOS PARA PROTEÇÃO DOS SERVIDORES.**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, por meio da Gerência de Licitações e Contratos, torna pública a realização de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **MENOR PREÇO, POR GRUPO**, em conformidade com o que dispõem a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; e Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023 e outras legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas neste Edital e anexos que o integram.

### 1. DAS INFORMAÇÕES PARA O PROCEDIMENTO

CONTRATANTE:	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, DE CAXIAS DO SUL – RS
UASG:	928576
OBJETO:	Aquisição equipamentos de proteção individual diversos para proteção dos servidores, conforme Termo de Referência Anexo I.
CONDIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	COTA RESERVADA – EXCLUSIVA PARA EPPs, MES OU EQUIPARADAS <b>GRUPOS 02, 03, 04 E 05</b> COTA UNIVERSAL – AMPLA PARTICIPAÇÃO COM TRATAMENTO DIFERENCIADO <b>GRUPO 01</b>
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR GRUPO
LANCES A SEREM OFERTADOS	VALOR UNITÁRIO DO ITEM
MODO DE DISPUTA	ABERTO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	ART. 28, INCISO I, DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES	0,5% (CINCO DÉCIMOS POR CENTO)
PROCESSO ADMINISTRATIVO	26/8070-0000857-5
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03.02 – SAD – 17.128.018.2.331 – 3.3.90.30.28.00.00.00 – VÍNCULO 1501



CONTATO PARA INFORMAÇÕES	GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: (54) 3220-8600, <u>EM DIAS ÚTEIS, DAS 13H ÀS 17H</u> <u>PORTAL: <a href="http://WWW.SAMAECAIXIAS.COM.BR">WWW.SAMAECAIXIAS.COM.BR</a></u> , NO LINK LICITAÇÕES E-MAIL <u><a href="mailto:LICITACAO@SAMAECAIXIAS.COM.BR">LICITACAO@SAMAECAIXIAS.COM.BR</a></u>
LOCAL	<u><a href="https://www.gov.br/compras">HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS</a></u>
CONDUÇÃO DO PROCESSO	<u>PREGOEIROS</u> DESIGNADOS PELA PORTARIA N.º 31.182, DE 25/09/2025.
PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES/ ESCLARECIMENTOS	3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS ANTES DA ABERTURA DO CERTAME

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra na categoria de bens de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 22.245, de 05 de outubro de 2022, estando classificado como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por Edital e especificações usuais de mercado.

1.2. A contratação será dividida em grupos, formados por dois ou mais itens, conforme tabela constante do formulário padrão para preenchimento da proposta – Anexo II deste Edital, facultando-se à licitante a participação nos grupos de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. Havendo divergência entre o código **CATMAT**, conforme tabela constante do formulário padrão para preenchimento da proposta – Anexo II deste Edital, **prevalecerá**, sempre, a descrição do item constante deste Edital e anexos que o integram.

1.4. O local, a forma, as condições e o prazo de entrega estão indicados no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados:

- I. cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
- II. que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal;
- III. que atendam a todas as condições deste Edital e seus Anexos;
- IV. que, exclusivamente, sejam **enquadrados como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, para os itens da cota reservada. Para os Grupos 02, 03, 04 e 05.

2.1.1. Será concedido tratamento diferenciado para as Microempresas – MEs, Empresas de Pequeno Porte – EPPs e equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, para os itens da cota universal (ampla concorrência).

2.1.1.1. O agrupamento dos itens garante compatibilidade e Segurança Técnica: A divisão garante a uniformidade e a perfeita integração de itens complementares (como o uso de capacetes integrados a protetores faciais ou a compatibilidade de respiradores e filtros), exigindo que itens correlatos pertençam ao mesmo fabricante para assegurar a proteção dos

servidores.

2.2. A participação neste certame dar-se-á no Sistema de Pregão Eletrônico, integrante do sistema de compras do Governo Federal – ComprasNet, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), com a solicitação de *login* e senha de acesso pelo interessado.

2.2.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.2.2. O acesso ao sistema para participação no certame poderá ser efetuado pela *web* ou pelo respectivo aplicativo do Governo Federal.

2.2.3. As licitantes deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Pregão Eletrônico – Fornecedor, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2.4. A participação neste certame implica na responsabilidade do interessado e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao procedimento.

2.2.5. A licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2.6. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.2.6.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação da licitante.

2.3. Não poderão participar deste certame:

- I. licitantes proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- II. licitantes que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;
- III. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. licitantes que estejam sob falência;
- V. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- VI. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, atuando nessa condição, conforme Acórdão n.º 746/2014-TCU-Plenário;
- VII. licitantes que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021:
  - a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta; aplica-se o disposto também

- ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
  - d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravidão ou por contratação de adolescentes, nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- VIII. agente público do órgão contratante, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#); tal vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- IX. pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- I. cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, quando couber;
  - II. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os

- requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- III. cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
  - IV. inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - V. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
  - VI. a proposta foi elaborada de forma independente;
  - VII. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - VIII. cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, e
  - IX. assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras.

3.3.1. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.3.2. No(s) item(ns)/grupo(s) exclusivo(s) para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, conforme Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, a seleção do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele(s) item(ns)/grupo(s).

3.3.3. No(s) item(ns)/grupo(s) em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, conforme Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, a seleção do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na referida Lei.

3.3.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.4. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocadas para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.7.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

- I. valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- II. percentual de desconto inferior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.7.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma aqui estipulada possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.8. Caberá à licitante, interessada em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.8.1. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos lá exigidos e em conformidade com os Anexos I e II deste Edital.

4.1.1. O valor ou desconto deverá ser preenchido de acordo com as informações indicadas no formulário padrão para preenchimento da proposta, Anexo II deste Edital, expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais, à vista, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

4.1.2. A licitante deverá ofertar apenas uma marca, um modelo e um fabricante por item, quando exigidas estas informações.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante vencedora ao seu fornecimento.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a licitante o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados no sistema de compras do Governo Federal – ComprasNet.

5.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.9. Será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa **aberto**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a fase competitiva encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14. Após o reinício previsto no item supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



5.20. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

5.22.1. Havendo eventual empate, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, em que deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV. desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, às empresas:

- I. estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul;

- II. brasileiras;
- III. que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#);
- V. sorteio eletrônico.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O Pregoeiro solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de, 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

5.23.4.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pela licitante, antes de findo o prazo inicial.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, legislação correlata e no subitem 2.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- I. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União;
- III. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- IV. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- V. Cadastro de Licitantes Penalizadas junto ao Município de Caxias do Sul – RS.

6.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos incisos “II”, “III” e “IV” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

6.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429, de 02 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.1.3. Caso conste, na Consulta de Situação do Fornecedor, a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente responsável diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas registradas no SICAF.

6.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.1.5. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.1.6. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condições de participação.

6.2. Caso atendidas as condições de participação, inclusive em relação ao tratamento favorecido em relação às Microempresas – MEs, Empresas de Pequeno Porte – EPPs e equiparadas, em que o Pregoeiro verificará se estão atendidas as exigências deste Edital e demais legislação atinente à matéria, será iniciado o procedimento de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, observado o disposto nos arts. 29 a 32 do Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023.

6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. conter vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus anexos;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a vencedora comprove:

- I. que o custo não ultrapassa o valor da proposta, e
- II. que existem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores

inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme art. 34 do Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023.

6.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação.

6.5.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.5.1.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.5.2. Considera-se erro, no preenchimento da planilha, passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.6. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pela licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostras, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentá-las, conforme disciplinado no referido Termo, sob pena de não aceitação da proposta.

6.7.1. Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo as demais licitantes.

6.7.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.7.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Termo de Referência, a proposta da licitante será recusada.

6.7.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9.1. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o objetivo de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.2. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante para executar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

7.1.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, somente em relação à licitante vencedora.

7.1.2. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.1.2.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação da licitante.

7.1.2.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos

mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.1.2.3. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.1.2.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, **no mínimo, duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação efetuada pelo Pregoeiro, somente em relação à licitante vencedora.

7.1.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.1.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e, se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e a declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme art. 63, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.3. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. A licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, e
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.6. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.7. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro



examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.1.2.4.

7.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.9. A licitante enquadrada nas condições da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e que possuir restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do momento em que for declarada vencedora.

7.9.1. O prazo citado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

7.9.2. O benefício não eximirá a licitante de apresentar todos os documentos exigidos para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que possua alguma restrição.

7.9.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação.

7.9.4. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra beneficiária da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações com alguma restrição na documentação fiscal e/ou trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.10. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.11. A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigada a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

- I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e
- II. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- I. nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- II. quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato e/ou não retirar o instrumento equivalente, ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação dar-se-á por meio do *chat*, via sistema eletrônico, ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

10.1. Encerradas as etapas de julgamento e de habilitação e esgotados os prazos recursais, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **11. DA CONTRATAÇÃO**

11.1. Após a adjudicação e a homologação, caso se conclua pela contratação, será emitida a Nota de Empenho correspondente.

11.2. A Administração encaminhará a Nota de Empenho por meio eletrônico, sendo que a adjudicatária terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para acusar seu recebimento e manifestar o aceite, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e o prazo de entrega ser iniciado. Caso não ocorra a informação do aceite, por meio eletrônico, o prazo de entrega passa a contar da data do envio do documento.

11.2.1. O prazo previsto para aceitação da Nota de Empenho poderá ser prorrogado 1 (uma) única vez, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.

11.3. O aceite da Nota de Empenho, emitida à adjudicatária, implica no reconhecimento de que:

- I. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- II. a Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;
- III. a Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.4. As condições de entrega e os critérios de aceitação estão descritos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11.5. As condições para liquidação da despesa e prazo de pagamento estão descritas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES**

12.1. Incorre em infração administrativa a Contratada que, com dolo ou culpa, cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos neste instrumento, em

contrato ou na legislação atinente à matéria, ficando sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor, em conformidade com o Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021 e alterações.

12.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pelo SAMAEE.

12.1.2. MULTA, por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação da gravidade da inconformidade:

- I. LEVE, na razão de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item/grupo, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:
  - a) pela não entrega de qualquer documentação solicitada/exigida, nos prazos previstos, e
  - b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- II. LEVE, quando do descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada, na razão de 1% (um por cento), sobre o valor global do item/grupo, dentre elas:
  - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
  - c) pedir para ser desclassificado, quando encerrada a fase competitiva;
  - d) deixar de apresentar amostra, quando exigível;
  - e) apresentar amostra ou proposta em desacordo com as especificações do Edital.
- III. MODERADA, de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:
  - a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado, e
  - b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado.
- IV. GRAVE:
  - a) de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - b) de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato;
  - c) de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente, e
  - d) de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo quando da subcontratação não permitida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

V. GRAVÍSSIMA:

- a) de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto, e
- b) de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

12.1.3. Quando da reincidência em irregularidades, será dobrada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

12.1.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, pelo prazo de até 3 (três) anos e cancelamento, quando houver, do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Contratante, bem como demais cominações legais, quando:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II. der causa à inexecução total do objeto;
- III. deixar de entregar a documentação exigida;
- IV. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou
- VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

12.1.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, que impedirá a empresa de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Contratante, quando houver, bem como demais cominações legais, quando:

- I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;
- II. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial:
  - a) agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;
  - b) induzir, deliberadamente, a erro no julgamento;
  - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- V. praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei Federal n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.

12.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública, e
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



12.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia contratual ou será cobrada judicialmente.

12.4. A aplicação das sanções aqui previstas em hipótese alguma anula a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.6. A aplicação de multa não impede que o SAMAЕ rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

12.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e regulamentações, se for o caso.

12.11. Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à Contratada.

12.12. As multas e o seu pagamento não eximirão a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

12.13. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMAЕ, no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul – RS, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no que couber.



### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo de responsabilidade da licitante o seu acompanhamento.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@samaecaxias.com.br](mailto:licitacao@samaecaxias.com.br).

13.4. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, quando a alteração comprometer a formulação das propostas, conforme § 5º do art. 55 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O procedimento será divulgado no ComprasNet e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

14.1.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e em [www.samaecaxias.com.br](http://www.samaecaxias.com.br).

14.2. Os documentos referentes a esta contratação, que não tenham sido assinados por responsável legal da licitante, identificado no SICAF ou no Ato Constitutivo, deverão vir acompanhados de Procuração ou Credenciamento que conceda poderes ao signatário.

14.2.1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar os documentos a serem apresentados, a falta de qualquer uma das assinaturas invalida o(s) documento(s) para a finalidade proposta.

14.2.2. As interessadas são responsáveis pela fidedignidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.

14.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelas licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

14.4. Caberá à licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

14.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

14.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília – DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no SAMAe.

14.8. No julgamento das propostas e na habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

14.9. É facultada ao agente da Administração ou à autoridade superior, em qualquer fase, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, podendo desconsiderar excessos de formalismos que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, documentos de habilitação ou outros, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.9.2. A inobservância do prazo fixado pelo agente da Administração para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou, ainda, o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta e/ou inabilitação da interessada.

14.10. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.11. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

14.11.1. O SAMAЕ poderá aceitar, total ou parcialmente, qualquer proposta ou a todas rejeitar, sem que caiba à interessada direito à indenização.

14.12. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

14.13. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital e seus anexos.

14.14. Serão consideradas como inexistentes quaisquer condições trazidas, alheias às discriminadas por este Edital e seus anexos.

14.15. A adjudicação e a homologação desta contratação são de competência do Diretor-Presidente do SAMAЕ.

14.15.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.16. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAЕ, de Caxias do Sul – RS, poderá revogar este certame por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório, conforme art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.17. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.18. O não cumprimento de qualquer item deste Edital e de seus anexos, quando não sanáveis, implicará a inabilitação da licitante e/ou desclassificação da proposta.

14.19. A apresentação da proposta implica aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e para a empresa declarada vencedora, o cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital, seus anexos e das normas legais pertinentes.

14.20. As comunicações dos atos decorrentes deste certame ocorrerão no sistema ComprasNet, no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e no site oficial do SAMAЕ; ainda, no que couber, no Diário Oficial Eletrônico – Órgão Oficial do Município de Caxias do Sul, em jornal diário de grande circulação e no sistema LicitaCon, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – RS.

14.21. A ata da sessão será divulgada no sistema eletrônico.

14.22. As solicitações relativas às prorrogações de prazos, tanto para entrega ou para execução, bem como de substituição de marcas e ou modelos, relativamente à contratação, conforme previsão, se houver, constante do Termo de Referência – Anexo I, devem ser encaminhadas, por petição protocolizada, dentro dos prazos previstos, no horário das 9h às 16h, em dias úteis, na loja de atendimento do SAMAE ou através do serviço de atendimento via WhatsApp, observando-se que:

- I. quando utilizado o serviço de protocolo na loja de atendimento do SAMAE, os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada;
- II. a loja de atendimento do SAMAE situa-se na Rua Pinheiro Machado, n.º 1631, Bairro Centro – Caxias do Sul/RS;
- III. quando utilizado o serviço de atendimento via WhatsApp, através do n.º (54) 3220-8600, vinculado à opção 5 – Atendimento Comercial, os documentos anexados deverão apresentar autenticação digital ou assinatura digital, com possibilidade de conferência da autenticidade e da veracidade dos documentos, sob pena de não admissibilidade, e
- IV. o SAMAE não se responsabiliza por quaisquer falhas técnicas que possam ocorrer no envio dos pedidos realizados de forma eletrônica (e-mail, WhatsApp, etc.).

14.23. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:


Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Formulário de Preenchimento da Proposta.

Caxias do Sul, 3 de junho de 2026.



Jackson de Souza Vargas,  
Agente Administrativo.



Lourenço Benetti Bonfá,  
Superintendente de  
Orçamento, Finanças e  
Licitações.



Edson da Rosa,  
Diretor-Presidente do SAMAE.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90041/2026

## TERMO DE REFERÊNCIA – AQUISIÇÃO DE EPI 'S DIVERSOS

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição equipamentos de proteção individual diversos para proteção dos servidores.

Grupo	Item	Código SAMAe	CATMAT	Descrição	Qtde.	Und.
1	01	2102	321751	Capacete de segurança, na cor branca, tipo II (aba frontal), classe A (com ventilação), com tira refletiva, apresentando fendas laterais superiores para acessórios, composto de casco e sistema de suspensão; a suspensão é composta de duas ou três cintas de tecido cruzadas, fixas ao casco através de 4 (quatro) ou 6 (seis) pontas de encaixe, com regulagem através de ajuste simples; o casco deve possuir uma tira jugular e tira absorvente de suor; deverá respeitar a NBR 8221:2003 e deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou Catálogo técnico com as características do equipamento. Marca: 3M ou similar	20	Un.
	02	12418	441220	Conjunto de capacete de segurança para eletricista, com viseira protetora e protetor facial. Capacete de segurança para eletricista, fabricado com material de combustão lenta, classe B com isolante dielétrico, tipo aba frontal, composto de suspensão staz-on ou catraca, na cor laranja. Proteção da cabeça do usuário contra impactos de objetos sobre o crânio e contra choques elétricos. Resistência Elétrica / Tensão Aplicada: 20Kv. Com selo do INMETRO. Detalhes: Tipo aba frontal, injetado em polietileno, com uma nervura no casco e com fendas laterais para acoplamento de acessórios, isto é, viseira protetora, na cor branca. Deve possuir suspensão plástica fixa ao casco através de quatro pontos de encaixe, carneira e coroa injetadas em plástico, regulagem de tamanho através de quatro pontos de encaixe, carneira e coroa injetadas em plástico, regulagem de tamanho através de ajuste simples e tira absorvedora de suor em espuma coberta de material sintético e jugular ajustável confeccionada e fixa na carneira. Deverá vir acoplado ao seguinte equipamento: Protetor Facial com Lente, em material termoplástico na cor verde tonalidade 2, medindo 203,2 x 355,6 mm (duzentos e três vírgula dois por trezentos e cinquenta e cinco vírgula seis) e espessura de 1,52 (um vírgula cinquenta e dois) mm, concha protetora para queixo/pescoço em material termoplástico, removível na cor laranja e com três pinos termoplásticos em "L" na cor preta, coroa em material termoplástico na cor laranja contendo cinco pinos termoplásticos em "L" na cor preta para fixação da viseira e dois pinos de encaixe universal para capacete, com regulagem de posicionamento simples. O protetor facial deve proporcionar proteção ao arco elétrico de 15 (quinze) cal/cm² quando usado com a concha e 10 (dez) cal/cm² quando usado sem a concha. Todos os itens do conjunto deverão ser do mesmo fabricante. Deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do TEM.	15	Un.





				Marca: 3M ou similar		
	03	1315	601716	Óculos de proteção dos olhos contra impacto de partículas volantes frontais e luminosidade intensa, com estojo: tipo esportivo, constituído de um arco de material plástico na cor preta com canaleta e com uma fenda em cada extremidade, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato na cor cinza; uma peça de material metálico é presa na parte inferior do visor e possui plaquetas de borrachas pretas encaixadas para apoio nasal; hastes confeccionadas do mesmo material do arco e constituídas de duas peças: uma semi-haste que é fixada ao arco através de parafuso metálico e outra semi-haste que se encaixa na outra extremidade da semi-haste anterior, com ajuste de tamanho em estágios; deverá ser acompanhado de estojo rígido, para acomodação dos óculos, em material PVC rígido, na cor preta, com sistema de encaixe para fechamento, com forro interno destacável; a lente de policarbonato resistente ao impacto absorve 99,9% dos raios UV; deverá conter CA, de acordo com a norma do Ministério do Trabalho e Catálogo técnico com as características do equipamento. Marca: Kalipso modelo Kronos ou similar	500	Un.
	04	1419	614951	Luva de segurança, para proteção contra riscos químicos e físicos, 5 (cinco) dedos, na cor preta, tricotada com fios de poliamida (nylon), sem costura, revestida na palma, face palmar e dorso até parte do punho com borracha nitrílica, punho com elastano; confere sensibilidade tátil, palma antiderrapante, forma anatômica; indicada para trabalhos de precisão em meios secos ou oleosos; deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou Catálogo técnico com as características do equipamento; tamanho G Marca: Volk, modelo Nitri Full Smart ou similar	2.000	PAR.
	05	3100	208493	Luva de segurança, na cor verde, para proteção contra agentes mecânicos, químicos e biológicos, confeccionada em borracha nitrílica; antiderrapantes na palma e na face palmar dos dedos ou palma, face palmar dos dedos e ponta dos dedos; comprimento do punho total mínimo de 44cm, espessura entre 0,54mm e 0,60mm; deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou Catálogo técnico com as características do equipamento; tamanho nº 09 Marca: Ansell, modelo AlphaTec Solvex ou similar	300	PAR.
	06	4068	208493	Luva de segurança, na cor verde, para proteção contra agentes mecânicos, químicos e biológicos, confeccionada em borracha nitrílica; antiderrapantes na palma e na face palmar dos dedos ou palma, face palmar dos dedos e ponta dos dedos; comprimento do punho total mínimo de 44cm, espessura entre 0,54mm e 0,60mm; deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou Catálogo técnico com as características do equipamento; tamanho nº 10 Ansell, modelo AlphaTec Solvex ou similar	230	PAR.
	07	1221	384283	Protetor auricular, do tipo concha, com atenuação mínima de 18 dB (NRRsf); deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou Catálogo técnico com as características do equipamento. Marca: 3M modelo Peltor H10A ou similar.	15	Un.
2	08	10067	614863	Respirador purificador de ar tipo peça facial inteira, com corpo moldado em silicone cinza, com tonalidade cinza. A peça facial possui um visor constituído de material rígido transparente, fixado ao corpo da mesma através de encaixe específico e de um aro confeccionado em material plástico cinza, preso por dois parafusos. O visor é constituído de duas partes: uma parte superior lisa e uma parte inferior, que apresenta duas aberturas em suas laterais, utilizadas para o encaixe de dois suportes de material plástico rígido, dotados, em sua parte dianteira, de um encaixe tipo baioneta de um anel de borracha, onde são fixados	20	Un.



				os filtros químicos, combinados e para partículas com encaixe tipo baioneta ou a base de fixação para utilização dos filtros para partículas planos. Na parte traseira de cada um dos suportes, encontra-se fixada uma válvula de inalação. Em outra abertura, localizada na parte centro inferior do visor, existe um dispositivo confeccionado em material plástico rígido cinza, que serve de suporte para válvula de exalação e que possui uma cobertura. Na parte traseira do dispositivo, encaixa-se uma mascarilha, confeccionada em elastômero sintético na cor cinza, dotada de duas válvulas de inalação. A peça facial possui um tirante de cabeça com quatro pontos de fixação, preso às bordas das mesmas por meio de fivelas com ajuste rápido; deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo, Boletim ou Catálogo técnico com as características detalhadas do equipamento. Obrigatoriamente deverá conter armação específica dentro da peça facial, para uso de lentes corretivas de óculos convencionais; tamanho M. Marca: 3M Série 6800 ou similar.		
	09	1394	614863	Respirador purificador de ar, tipo peça semifacial, filtrante para partículas - PFF2, com formato dobrável, solda ultrassônica em todo o seu perímetro, apresentando camada externa confeccionada com manta não-tecido em polipropileno; camada intermediária de não-tecido em poliéster impregnada com carvão ativado; duas camadas intermediárias de filtro com carga eletrostática; camada interna de não-tecido em polipropileno que fica em contato com o rosto do usuário, na cor azul claro. Nas laterais externas do respirador passam as pontas de dois tirantes elásticos brancos ou são fixadas por meio de solda ultrassom duas presilhas de material plástico, uma de cada lado, através das quais passam as pontas de dois tirantes elásticos, perfazendo uma alça na parte superior, para ajuste da peça no alto da cabeça, e outra na parte inferior, para ajuste na altura da nuca do usuário. O respirador é dotado de uma tira de material metálico moldável na parte frontal superior, utilizada para ajuste ao septo nasal. Na lateral do respirador, existe um dispositivo em material plástico, dotado internamente de uma válvula de exalação; Deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou Catálogo técnico com as características do equipamento. Marca: 3M ou similar	140	Un.
	10	662	614863	Respirador tipo peça facial inteira, fabricado em EPDM, na cor preta, com dupla vedação facial, carneira de 05 (cinco) pontos e visor em policarbonato incolor. O visor é fixado ao respirador através de braçadeira fabricada em plástico ABS, na cor azul. Na parte frontal inferior do corpo da peça localiza-se a válvula de exalação e um dispositivo dotado de tampa perfurada em material plástico na cor azul. Nas laterais localizam-se as válvulas de inalação e sobre elas um sistema de encaixe tipo baioneta com anel vedante em borracha fixado por meio de braçadeira em aço inoxidável. Nos encaixes tipo baioneta serão fixados os filtros. Deverá conter C.A. Marca: Draeger X-plore 5500 ou similar	10	Un.
3	11	13811	633289	Luvas de Proteção Térmica para Alta Temperatura: luva de segurança para proteção das mãos contra agentes térmicos (calor e chamas), confeccionada em tecido de aramida (ou fibra sintética de alto desempenho equivalente) com tratamento retardante a chamas. Material: Tecido externo em fibra aramida (tipo Kevlar ou similar) ou fibra de carbono, com forro interno em lã ou algodão isolante. Não será aceito material contendo amianto/asbesto. cinco dedos, com punho longo (mínimo de 30 cm de comprimento total) para proteção do antebraço. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e laudo de ensaio conforme norma EN 407. Resistência ao Calor de Contato: (Nível	04	Par.



				4 - 500°C). Resistência ao Calor Convectivo: Nível 3 ou superior. Tamanho único. Marca: JGB ou similar		
	12	13812	448734	Protetor Facial com Filtração de Infravermelho: protetor facial de segurança para proteção contra impactos de partículas volantes e radiação infravermelha (calor radiante). Visor: Policarbonato moldado com tonalidade Verde (Tonalidade 3.0 a 5.0) OU Dourado/Espelhado (para reflexão de calor). Dimensões: Altura mínima de 200 mm (8 polegadas) para cobertura total da face e pescoço frontal. Suspensão (Carneira): Ajustável através de catraca, com aparador de suor. Norma Técnica: Deve possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e atender à norma ANSI/ISEA Z87.1. Marcação: Deve apresentar marcação indelével indicando a proteção contra impacto (+) e filtração de luz (U e R ou Tonalidade). Marca: JGB ou similar	04	Un.
	13	13813	358103	Avental de Proteção Térmica Aluminizado: avental de segurança tipo "barbeiro" (cobre tórax e pernas) para proteção contra calor radiante e respingos de materiais em fusão. Material: Tecido base em fibra sintética (aramida, carbono ou rayon) com face externa aluminizada para reflexão de calor radiante. Dimensões: Largura mínima de 0,60m e comprimento mínimo de 1,00m (ou 1,20m), com tiras de ajuste para pescoço e cintura. Norma Técnica: Deve possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e laudo conforme norma ISO 11612: Propagação de Chama (Código A): A1. Calor Radiante (Código C): Nível C3 ou C4 (Alta refletividade). Costuras: Devem ser feitas com linha de para-aramida (resistente ao fogo) para não desmanchar com o calor Marca: JGB ou similar	04	Un.
4	14	13226	292193	Roupa de proteção química nível C, cor amarela, costura termosselada, com capuz, fechamento em zíper e sobrepala em velcro, elástico nos punhos e tornozelos - tamanho XG Marca: Propilex ou similar	15	Un.
	15	13227	292193	Roupa de proteção química nível C, cor amarela, costura termosselada, com capuz, fechamento em zíper e sobrepala em velcro, elástico nos punhos e tornozelos - tamanho XXG Marca: Propilex ou similar	10	Un.
5	16	11228	486590	Calça impermeável, com elástico na cintura, confeccionada em tecido sintético emborrachado, com espessura entre 0,35mm e 0,40mm gramatura de 190gr/m <sup>2</sup> e composição entre 33% (+ 5%) poliamida (externo), e 67% (+ 5%) policloreto de vinila (interno), tendo como gramatura mínima 190gr/m <sup>2</sup> e com 32 fios/cm na trama e 44 fios/cm no urdume ou superior; fechamento em overlock e todas as costuras pespontadas em máquina reta simples; linha de nylon 100% poliamida nº. 60; para auxílio e fechamento na cintura, deverá haver cordão entrelaçado/cadarço de maneira que sobre 15 (quinze) cm de cada lado do ilhós plástico; na extremidade deste cordão, deverá estar instalada presilha 100% polipropileno com 5mm de espessura e alta resistência; na calça deverá ser acoplado, costurado e impermeabilizado, um par de botas que, nas suas junções, deverá ter o mesmo fator de impermeabilidade do tecido; tanto a calça quanto as botas deverão ter Certificado de Aprovação (CA); as botas de PVC devem ser acopladas pelo mesmo processo de costura e impermeabilização da calça; deverá conter CA - Certificado de Aprovação de acordo com as normas do STRAB; calça tamanho G; bota tamanho nº 39 Marca: Vértice ou similar	06	Un.
	17	11231	486590	Calça impermeável, com elástico na cintura, confeccionada em tecido sintético emborrachado, com espessura entre 0,35mm e 0,40mm gramatura de 190gr/m <sup>2</sup> e composição entre 33% (+ 5%) poliamida (externo), e 67% (+ 5%) policloreto de vinila (interno), tendo como gramatura mínima 190gr/m <sup>2</sup> e com 32 fios/cm na	10	Un.

			trama e 44 fios/cm no urdume ou superior; fechamento em overlock e todas as costuras pespontadas em máquina reta simples; linha de nylon 100% poliamida nº. 60; para auxílio e fechamento na cintura, deverá haver cordão entrelaçado/cadarço de maneira que sobre 15 (quinze) cm de cada lado do ilhós plástico; na extremidade deste cordão, deverá estar instalada presilha 100% polipropileno com 5mm de espessura e alta resistência; na calça deverá ser acoplado, costurado e impermeabilizado, um par de botas que, nas suas junções, deverá ter o mesmo fator de impermeabilidade do tecido; tanto a calça quanto as botas deverão ter Certificado de Aprovação (CA); as botas de PVC devem ser acopladas pelo mesmo processo de costura e impermeabilização da calça; deverá conter CA - Certificado de Aprovação de acordo com as normas do STRAB; calça tamanho G; bota tamanho nº 42. Marca: Vértice ou similar		
18	11232	486590	Calça impermeável, com elástico na cintura, confeccionada em tecido sintético emborrachado, com espessura entre 0,35mm e 0,40mm gramatura de 190gr/m² e composição entre 33% (+ 5%) poliamida (externo), e 67% (+ 5%) policloreto de vinila (interno), tendo como gramatura mínima 190gr/m² e com 32 fios/cm na trama e 44 fios/cm no urdume ou superior; fechamento em overlock e todas as costuras pespontadas em máquina reta simples; linha de nylon 100% poliamida nº. 60; para auxílio e fechamento na cintura, deverá haver cordão entrelaçado/cadarço de maneira que sobre 15 (quinze) cm de cada lado do ilhós plástico; na extremidade deste cordão, deverá estar instalada presilha 100% polipropileno com 5mm de espessura e alta resistência; na calça deverá ser acoplado, costurado e impermeabilizado, um par de botas que, nas suas junções, deverá ter o mesmo fator de impermeabilidade do tecido; tanto a calça quanto as botas deverão ter Certificado de Aprovação (CA); as botas de PVC devem ser acopladas pelo mesmo processo de costura e impermeabilização da calça; deverá conter CA - Certificado de Aprovação de acordo com as normas do STRAB; calça tamanho G; bota tamanho nº 43 Marca: Vértice ou similar.	05	Un.
19	6820	445985	Jardineira, na cor azul marinho, confeccionada em nylon emborrachado, tecido de poliamida de 190 (cento e noventa) fios com base PVC, com espessura total entre 0.38 (zero vírgula trinta e oito) e 0,4 (zero vírgula quarenta e cinco) mm; fechamento com costuras duplas, usando linha 100% (cem por cento) poliéster nº. 60 (sessenta), batido com máquina reta e acabamentos em overlock; impermeabilizado nas costuras com adesivo aquoso poliuretano, reforço entrepernas, modelo sanfona e com bota de borracha acoplada através de costuras e impermeabilizada com adesivo aquoso em poliuretano; deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou Catálogo técnico com as características do equipamento; tamanho G, bota nº 38. Marca: Vértice ou similar	15	Un.
20	6839	445985	Jardineira, na cor azul marinho, confeccionada em nylon emborrachado, tecido de poliamida de 190 (cento e noventa) fios com base PVC, com espessura total entre 0.38 (zero vírgula trinta e oito) e 0,4 (zero vírgula quarenta e cinco) mm; fechamento com costuras duplas, usando linha 100% (cem por cento) poliéster nº. 60 (sessenta), batido com máquina reta e acabamentos em overlock; impermeabilizado nas costuras com adesivo aquoso poliuretano, reforço entrepernas, modelo sanfona e com bota de borracha acoplada através de costuras e impermeabilizada com adesivo aquoso em poliuretano; deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou	10	Un.

				Catálogo técnico com as características do equipamento; tamanho G, bota nº 39 Marca: Vértice ou similar.		
	21	6818	445985	Capa de chuva, modelo 7/8 (sete oitavos), na cor amarelo canário, confeccionada em nylon emborrachado, tecido de poliamida de 190 (cento e noventa) fios, com base PVC; espessura total de 0,20 (zero vírgula vinte) mm; fechamento com costuras duplas, usando linha 100% (cem por cento) poliéster nº. 60 (sessenta), batido com máquina reta e acabamentos em overloque; impermeabilizada nas costuras com adesivo aquoso poliuretano, com fechamento frontal através de dois zíperes de nylon nº. 5 (cinco), com 60 (sessenta) cm de comprimento; capuz fixo (com aba), ajustado por cadarços paralelos, com regulador e ponteira em PVC, punhos ajustados com elástico com 20 (vinte) mm de largura; ventilação na parte anterior e posterior do tórax, constituída por aberturas cobertas por pala confeccionada com o mesmo tecido; deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE; tamanho GG Marca: Vértice ou similar.	20	Un.

#### 1.1.2. Justificativa para agrupamento

O agrupamento dos 21 itens em 05 lotes distintos foi adotado para otimizar o processo licitatório, equilibrando a eficiência operacional e a ampla competitividade. Os fundamentos para essa divisão são:

Afinidade Técnica e de Mercado: Os itens foram organizados pela estrita similaridade funcional e especialização do mercado fornecedor. O Grupo 1 reúne proteção geral (cabeça, olhos, mãos e audição) ; o Grupo 2 concentra a proteção respiratória ; o Grupo 3 engloba a proteção térmica ; o Grupo 4 foca em vestimentas químicas ; e o Grupo 5 reúne o vestuário impermeável e pluvial.

Compatibilidade e Segurança Técnica: A divisão garante a uniformidade e a perfeita integração de itens complementares (como o uso de capacetes integrados a protetores faciais ou a compatibilidade de respiradores e filtros), exigindo que itens correlatos pertençam ao mesmo fabricante para assegurar a proteção dos servidores.

Eficiência Logística e Administrativa: Simplifica a gestão do contrato, a análise de amostras e o recebimento das mercadorias pela Seção de Almoxarifado do SAMAE. Evita-se, assim, o severo impacto operacional de gerenciar e fiscalizar 21 contratações individuais e pulverizadas.

Ampliação da Competitividade: O parcelamento por grupos permite que empresas especializadas em nichos específicos de EPIs participem da disputa. Tratando-se de bens comuns com especificações usuais de mercado, a modelagem em lotes atrai o mercado nacional sem restringir o certame a poucas interessadas.

1.2. Número do processo administrativo no PROA/SISTEMA SAMAE: **26/8070-0000857-5**

#### 1.3. Detalhamento da aquisição

Item/Grupo	Justificativa Detalhada da Aquisição	Substituição	Local Efetivo de Uso
------------	--------------------------------------	--------------	----------------------

		Reposição Incremento	
01/01	Proteção da cabeça dos servidores.	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
02/01	Proteção da cabeça, olhos e face dos servidores em especial daqueles sob risco elétrico.	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
03/01	proteção dos olhos contra luminosidade intensa e radiação ultravioleta	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
04/01	Proteção das mãos contra agentes abrasivos, escoriantes, biológicos, químicos e umidade.	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
05/01	Proteção das mãos contra agentes abrasivos, escoriantes, biológicos, químicos e umidade.	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
06/01	Proteção das mãos contra agentes abrasivos, escoriantes, biológicos, químicos e umidade.	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
07/01	Proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR-15, Anexos nº 1 e 2	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
08/02	Proteção respiratória dos servidores contra material particulado e/ou gases e vapores.	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
09/02	Proteção respiratória dos servidores contra material particulado e/ou gases e vapores.	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
10/02	Proteção respiratória dos servidores contra material particulado e/ou gases e vapores.	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
11/03	Proteção das mãos contra agentes térmicos	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
12/03	Proteção da face contra agentes térmicos e radiação infravermelha/ultravioleta	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
13/03	Proteção do corpo todo dos servidores em emergências químicas.	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
14/04	Proteção de todo o corpo contra agentes químicos	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
15/04	Proteção de todo o corpo contra agentes químicos	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
16/05	Proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com utilização de água, agentes químicos e biológicos	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
17/05	Proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com utilização de água, agentes químicos e biológicos	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
18/05	Proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com utilização de água, agentes químicos e biológicos	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
19/05	Proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com utilização de água, agentes químicos e biológicos	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
20/05	Proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com utilização de água, agentes químicos e biológicos	Reposição	Utilização individual pelo servidor.
21/05	Proteção do tronco contra umidade proveniente de precipitação pluviométrica	Reposição	Utilização individual pelo servidor.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bens de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 22.245, de 05 de outubro de 2022.

1.5. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.





1.6. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da publicação do instrumento contratual ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação se faz necessária para que se possa providenciar a aquisição de equipamentos adequados para proteção dos servidores;

2.22.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 88659313000105-0-000001/2026
- II. Data de publicação no PNCP: 17 de abril de 2025
- III. Id do item no PCA: 167
- IV. Classe/Grupo: 115 - MATERIAIS DE PROTEÇÃO DE SEGURANÇA

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E A ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Aquisição de equipamentos de proteção individual para uso dos profissionais de todos os setores da Autarquia que possuem trabalhos internos e externos (instaladores hidráulicos, leituristas, encanadores, fiscais, técnicos de nível médio, engenheiros...), conforme as especificações técnicas e quantidades descritas neste documento e no Termo de Referência que baliza a contratação.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Subcontratação

4.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 4.2. Participação de Consórcios

4.2.1. É vedado o consórcio entre empresas. A execução dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela licitante vencedora.

4.2.2. A admissão de participação de consórcio faz-se necessária quando as circunstâncias do mercado e/ou complexidade do objeto tornam problemática a competição, ou seja, quando parcela significativa de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação. Desta forma, a participação de empresas reunidas em consórcio ampliaria o universo de licitantes, pois possibilitaria a junção de duas ou mais empresas para a realização de determinado objeto. Com relação à presente contratação, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que as contratações de bens e serviços comuns, tendo em vista a proporção da demanda



da Autarquia, é perfeitamente pertinente e compatível com empresas que atuem em todo o território nacional, possuindo condições suficientes para a execução de objetos desta natureza, o que não tornará o certame restrito a um pequeno número de interessadas. Assim, considerando a realidade do mercado para este objeto, não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

#### 4.3. Garantia da contratação

4.3.1. A minuta de contrato detalhará, quando aplicável, as regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### 4.4. Da exigência de amostra

4.4.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo as demais licitantes interessadas.

4.4.2. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- I. 1 unidade para o item 1 do grupo 1.
- II. 1 unidade para o item 2 do grupo 1.
- III. 1 unidade para o item 3 do grupo 1.
- IV. 1 par tamanho G ou 10 para o item 4 do grupo 1.
- V. 1 par tamanho G ou 10 para o item 5 do grupo 1.
- VI. 1 par tamanho G ou 10 para o item 6 do grupo.
- VII. 1 unidade para o item 7 do grupo 1.
- VIII. 1 unidade para o item 8 do grupo 2.
- IX. 1 unidade para o item 9 do grupo 2.
- X. 1 unidade para o item 10 do grupo 2.
- XI. 1 par para o item 11 do grupo 3.
- XII. 1 unidade para o item 12 do grupo 3.
- XIII. 1 unidade para o item 13 do grupo 3.
- XIV. 1 unidade para o item 14 do grupo 4.
- XV. 1 unidade para o item 15 do grupo 4.
- XVI. 1 unidade para o item 16 do grupo 5.
- XVII. 1 unidade para o item 17 do grupo 5.
- XVIII. 1 unidade para o item 18 do grupo 5.
- XIX. 1 unidade para o item 19 do grupo 5.
- XX. 1 unidade para o item 20 do grupo 5.
- XXI. 1 unidade para o item 21 do grupo 5.

4.4.3. As amostras deverão ser entregues no endereço da Seção de Almoxarifado do SAMAE, situada na Rua Jacinto Madalosso, nº. 211, Bairro Pio X, Caxias do Sul – RS, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda-feira a sexta-feira, no prazo limite de 15 (quinze) dias, sendo que a licitante assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.4.4. Em caso de reprovação da amostra, a proponente vencedora terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para apresentação da nova amostra que atenda a todos os requisitos, até o máximo de 1 (uma) tentativa.

4.4.5. A recusa de apresentação da nova amostra adequada ou sua reprovação acarretará a desclassificação do lote da proponente vencedora, bem como, a aplicação de sanções previstas em Lei.

4.4.6. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.4.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.4.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- I. Se obedecem às normas e especificações referente aos itens, além da entrega dos materiais/equipamentos no local designado pelo SAMAE, a licitante vencedora deverá, também, descarregar e armazenar os materiais/equipamentos no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, pelos eventuais danos causados, não podendo ser cobrado qualquer valor adicional a esse título.
- II. Será avaliado o acondicionamento do objeto, no momento da entrega. Dessa forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.
- III. Todas as peças de mesmo modelo deverão ter a mesma tonalidade de cor, sob pena de não aceitação da entrega.

4.4.9. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.4.10. Em alguns casos, o SAMAE opta por indicar marcas e modelos de referência para facilitar a elaboração das propostas.

4.4.11. Quando houver a indicação de marcas e modelos de referência, por parte do SAMAE, a licitante não é obrigada a ofertar material ou equipamento de mesma marca e/ou modelo; no entanto, a oferta deverá ser de material/equipamento que atenda às características exigidas tanto quanto os indicados.

4.4.12. Caso a licitante opte por ofertar material ou equipamento da mesma marca e modelo, **quando sugeridos pelo SAMAE como referência**, em cada item, ficará dispensada da apresentação dos catálogos técnicos ou prospectos desses itens, **bem como da apresentação de amostras**.

4.4.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s) será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-



á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.4.14. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.4.14. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues não serão devolvidas às licitantes, pois servirão de contraprova, quando do recebimento definitivo dos itens, não gerando direito a ressarcimento.

4.4.15. Todos os itens considerados EPI deverão possuir Certificado de Aprovação válido e vigente.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Condições de entrega e critérios de aceitação

5.1.1. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias, contados da publicação do instrumento contratual, em remessa única.

5.1.2. O não cumprimento dos prazos de entrega, sem a correspondente autorização para a ampliação de prazo, poderá acarretar a anulação da Nota de Empenho/Rescisão Contratual, bem como a aplicação das penalidades legais e a convocação da licitante subsequente.

5.1.2.1. Em caso fortuito e justificável, a licitante vencedora que não puder realizar a entrega no prazo acima estipulado, deverá protocolar o pedido de prorrogação de prazo, antes de findada a data limite, acompanhado de comprovação motivacional para a prorrogação.

5.1.2.2. A solicitação de prorrogação de prazo poderá ser concedida, a critério da Autarquia.

5.1.3. O local da entrega dos bens será na Seção de Almoxarifado do SAMAEE, situada na Rua Jacinto Madalosso, nº. 211, Bairro Pio X, Caxias do Sul – RS, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda-feira a sexta-feira. Caso a licitante vencedora queira agendar a entrega, deverá em contato pelos e-mails [mtodero@samaecaxias.com.br](mailto:mtodero@samaecaxias.com.br) e [ptonolli@samaecaxias.com.br](mailto:ptonolli@samaecaxias.com.br) ou telefone (54) 32208600, com Gerência de Suprimentos.

5.1.3.1. Além da entrega no local designado pelo SAMAEE, a licitante vencedora deverá, também, descarregar e armazenar o objeto no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, pelos eventuais danos causados, não podendo ser cobrado qualquer valor adicional a esse título.

5.1.3.2. Será avaliado o acondicionamento do objeto, no momento da entrega. Dessa forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

5.1.3.3. O objeto deverá estar segregado por item e entregue, quando aplicável, em sua embalagem original, rotulada pelo fabricante, contendo, no mínimo, a identificação do objeto, a marca, o código de barras impresso na embalagem e a capacidade de empilhamento.

5.1.4. No momento da entrega, não será aceito material/equipamento de fabricante/marca/modelo diferente do constante da proposta vencedora/Nota de Empenho/Contrato, exceto quando houver fato superveniente, desde que atendidas as seguintes condições:

- I. o pedido de substituição de fabricante/marca/modelo deverá ser protocolado no SAMAE, antes de findo o prazo de entrega, acompanhado de comprovação da impossibilidade de entregar o(a) fabricante/marca/modelo previamente informada, bem como a indicação do(a) novo(a) fabricante/marca/modelo;
- II. o(a) novo(a) fabricante/marca/modelo deverá ser de qualidade igual ou superior à informada inicialmente e atender a todas as exigências deste Instrumento;
- III. o preço ofertado não será alterado, caso seja aceita a alteração de fabricante/marca/modelo.

## 5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre Contratante e Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

6.3. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Competirá à Contratante:

- I. receber provisoriamente os bens, disponibilizando local, data e horário;
- II. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Instrumento e da proposta comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV. efetuar o pagamento no valor correspondente à aquisição do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- V. o SAMAE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de

Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato de seus empregados, prepostos ou subordinados;

VI. é vedada a intervenção indevida da Administração na gestão interna da Contratada;

#### 6.7. Competirá à Contratada:

- I. cumprir todas as obrigações constantes neste Instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- II. considerar os preços propostos completos e suficientes para a aquisição do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de sua parte;
- III. arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, incluindo encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, garantia descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação; entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;
- IV. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- V. atender prontamente a quaisquer exigências do SAMAEE, inerentes ao objeto da presente contratação;
- VI. informar ao SAMAEE, durante o período da contratação, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.
- VII. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- VIII. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e alterações;
- IX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal com a execução do objeto;
- X. chamar, com antecedência prévia, a fiscalização da Contratante, para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários;
- XI. substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o produto com avarias ou defeitos; em não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pela Contratante;
- XII. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XIII. indenizar terceiros e ao SAMAEE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação;



- XIV. informar ao SAMAe, por escrito, quando for constatada a impossibilidade de execução do objeto;
- XV. proceder à entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência, validade e prazo de garantia, no que couber, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- XVI. prestar informações sobre a utilização do objeto;
- XVII. cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;
- XVIII. comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- XIX. não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 7.1. Recebimento do objeto

#### 7.1.1. Os bens serão recebidos:

- I. provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Instrumento e na proposta comercial;
- II. definitivamente, pela fiscalização do contrato, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste Instrumento e na proposta comercial, e sua consequente aceitação, que dar-se-á em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

7.1.1.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta comercial.

7.1.3. A licitante vencedora se obriga a efetuar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação, a substituição de material rejeitado, independentemente da quantidade rejeitada, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, à aplicação das penalidades previstas.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança, tampouco a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.7. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal técnico, administrativo ou setorial, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver.

## 7.2. Liquidação

7.2.1. Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar;
- V. os dados bancários (banco, agência e conta corrente em nome da Contratada), e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.1.1. A nota fiscal deverá ser entregue na Gerência de Suprimentos, acompanhada do respectivo bem.

7.2.1.2. As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail [contabilidade@samaecaxias.com.br](mailto:contabilidade@samaecaxias.com.br).

7.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

## 7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado, após a liberação da Nota Fiscal, no 15º (décimo quinto) dia útil. Se, no décimo quinto dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

7.3.2. A ordem cronológica de exigibilidade, de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa n.º 006, de 12 de novembro de 2021, terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, o recebimento da nota fiscal, fatura ou

documento equivalente de cobrança pela Unidade Orçamentária responsável pela gestão do contrato.

7.3.3. No caso de atraso do pagamento pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

#### 7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

7.4.5. Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos relacionados no subitem 7.2.3.

7.4.6. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA LICITANTE

#### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. A Contratada será selecionada por meio de pregão, sob a forma eletrônica com disputa, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

#### 8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverão ser comprovados os seguintes requisitos:

- I. **Habilitação jurídica** (os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva):
  - a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - b) **Microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, que será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
  - e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  - f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis em que opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
  - g) **Sociedade Anônima:** estatuto em vigor, devidamente registrado, e documento de eleição de seus administradores;
- II. **Habilitação fiscal, social e trabalhista** (os documentos apresentados deverão estar em vigor na data de abertura do certame):
- a) prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ**;
  - a) prova de inscrição no **cadastro de contribuintes estadual**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da contratação;
  - b) prova de regularidade com a Fazenda Federal, devendo ser apresentada a **Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária**, administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
  - c) prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei de regularidade;
  - d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, e
  - e) prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da empresa.
- III. **Qualificação técnica**
- a) atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante fornecido bens equivalentes ao objeto da licitação; os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca, nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do atestado, além de sua assinatura.
    - 1) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.
    - 2) A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação

da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é o divulgado no sistema de compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

9.2. Serão considerados, para efeito de aceitação da proposta:

- I. o **Preço Máximo Unitário** aceitável para cada item, será o valor unitário divulgado no sistema de compras do Governo Federal;
- II. o **Preço Máximo Total** aceitável, o valor orçado e divulgado conforme acima.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da consecução do objeto apresentado neste Termo de Referência correrão por conta da dotação orçamentária consignada, no presente exercício, sob a classificação constante da respectiva Requisição/Solicitação de Empenho, e, do próximo, a consignar, se necessário.

Caxias do Sul, 22 de maio de 2026

Juliano César Chaves  
Técnico de Segurança do Trabalho

Luis Fernando Henk  
Superintendente Administrativo

### MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Considerando-se os elementos constantes deste Termo de Referência, determino:

☒ a continuidade do processo, com a elaboração do respectivo Edital de Licitação;


☐ a continuidade do processo, através de Dispensa de Licitação (art. 75, incisos I e/ou II da NLLCA);

☐ a continuidade do processo, com encaminhamento à Assessoria Jurídica do Órgão, para manifestação sobre a dispensa pretendida (demais incisos do art. 75 da NLLCA);

☐ a continuidade do processo, com encaminhamento à Assessoria Jurídica do Órgão, para manifestação sobre a inexigibilidade pretendida (art. 74 da NLLCA);

☐ a revisão das informações apresentadas, para posterior reanálise.

Caxias do Sul, 29 de maio de 2026.

  
Edson da Rosa,  
Diretor-Presidente do SAMAE.





PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90041/2026

FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

Identificação do Fornecedor:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

E-mail:

Nome do Responsável para contato junto ao SAMAEE:

Fone:

E-mail:

GRUPO 01						
ITEM	CÓD. SAMAEE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
01	2102	321751	Capacete de segurança, na cor branca, tipo II (aba frontal), classe A (com ventilação), com tira refletiva, apresentando fendas laterais superiores para acessórios, composto de casco e sistema de suspensão; a suspensão é composta de duas ou três cintas de tecido cruzadas, fixas ao casco através de 4 (quatro) ou 6 (seis) pontas de encaixe, com regulagem através de ajuste simples; o casco deve possuir uma tira jugular e tira absorvente de suor; deverá respeitar a NBR 8221:2003 e deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou Catálogo técnico com as características do equipamento. Marca: 3M ou similar. CA:	20	Un.	
02	12418	441220	Conjunto de capacete de segurança para eletricitista, com viseira protetora e protetor facial. Capacete de segurança para eletricitista, fabricado com material de combustão lenta, classe B com isolante dielétrico, tipo aba frontal, composto de suspensão staz-on ou catraca, na cor laranja. Proteção da cabeça do usuário contra impactos de objetos sobre o crânio e contra choques elétricos. Resistência Elétrica / Tensão Aplicada: 20Kv. Com selo do INMETRO. Detalhes: Tipo aba frontal, injetado em polietileno, com uma nervura no casco e com fendas laterais para acoplagem de acessórios, isto é, viseira protetora, na cor branca. Deve possuir suspensão plástica fixa ao casco através de quatro pontos de encaixe, carneira e coroa injetadas em plástico, regulagem de tamanho através de quatro pontos de encaixe, carneira e coroa injetadas em plástico, regulagem de tamanho através de ajuste simples e tira absorvedora de suor em espuma coberta de material sintético e jugular ajustável confeccionada e fixa na carneira. Deverá vir acoplado ao seguinte equipamento: Protetor Facial com Lente, em material termoplástico na cor verde tonalidade 2, medindo 203,2 x 355,6 mm	15	Un.	



			(duzentos e três vírgula dois por trezentos e cinquenta e cinco vírgula seis) e espessura de 1,52 (um vírgula cinquenta e dois) mm, concha protetora para queixo/pescoço em material termoplástico, removível na cor laranja e com três pinos termoplásticos em "L" na cor preta, coroa em material termoplástico na cor laranja contendo cinco pinos termoplásticos em "L" na cor preta para fixação da viseira e dois pinos de encaixe universal para capacete, com regulagem de posicionamento simples. O protetor facial deve proporcionar proteção ao arco elétrico de 15 (quinze) cal/cm <sup>2</sup> quando usado com a concha e 10 (dez) cal/cm <sup>2</sup> quando usado sem a concha. Todos os itens do conjunto deverão ser do mesmo fabricante. Deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do TEM. Marca: 3M ou similar Marca: CA:			
03	1315	601716	Óculos de proteção dos olhos contra impacto de partículas volantes frontais e luminosidade intensa, com estojo: tipo esportivo, constituído de um arco de material plástico na cor preta com canaleta e com uma fenda em cada extremidade, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato na cor cinza; uma peça de material metálico é presa na parte inferior do visor e possui plaquetas de borrachas pretas encaixadas para apoio nasal; hastes confeccionadas do mesmo material do arco e constituídas de duas peças: uma semi-haste que é fixada ao arco através de parafuso metálico e outra semi-haste que se encaixa na outra extremidade da semi-haste anterior, com ajuste de tamanho em estágios; deverá ser acompanhado de estojo rígido, para acomodação dos óculos, em material PVC rígido, na cor preta, com sistema de encaixe para fechamento, com forro interno destacável; a lente de policarbonato resistente ao impacto absorve 99,9% dos raios UV; deverá conter CA, de acordo com a norma do Ministério do Trabalho e Catálogo técnico com as características do equipamento. Marca: Kalipso modelo Kronos ou similar. Marca: Modelo: CA:	500	Un.	
04	1419	614951	Luva de segurança, para proteção contra riscos químicos e físicos, 5 (cinco) dedos, na cor preta, tricotada com fios de poliamida (nylon), sem costura, revestida na palma, face palmar e dorso até parte do punho com borracha nitrílica, punho com elastano; confere sensibilidade tátil, palma antiderrapante, forma anatômica; indicada para trabalhos de precisão em meios secos ou oleosos; deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou Catálogo técnico com as características do equipamento; tamanho G Marca: Volk, modelo Nitri Full Smart ou similar. Marca: Modelo: CA:	2.000	PAR.	
05	3100	208493	Luva de segurança, na cor verde, para proteção contra agentes mecânicos, químicos e biológicos, confeccionada em borracha nitrílica; antiderrapantes na palma e na face palmar dos dedos ou palma, face palmar dos dedos e ponta dos dedos; comprimento do punho total mínimo de 44cm,	300	PAR.	

VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$ ...

GRUPO 02						
ITEM	CÓD. SAMAE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
08	10067	614863	Respirador purificador de ar tipo peça facial inteira, com corpo moldado em silicone cinza, com tonalidade cinza. A peça facial possui um visor constituído de material rígido transparente, fixado ao corpo da mesma através de encaixe específico e de um aro confeccionado em material plástico cinza, preso por dois parafusos. O visor é constituído de duas partes: uma parte superior lisa e uma parte inferior, que apresenta duas aberturas em suas laterais, utilizadas para o encaixe de dois suportes de material plástico rígido, dotados, em sua parte dianteira, de um encaixe tipo baioneta de um anel de borracha, onde são fixados os filtros químicos, combinados e para partículas com encaixe tipo baioneta ou a base de fixação para utilização dos filtros para partículas planos. Na parte traseira de cada um dos suportes, encontra-se fixada uma válvula de inalação. Em outra abertura, localizada na parte centro inferior do visor, existe um dispositivo confeccionado em material plástico rígido cinza, que serve de suporte para válvula de exalação e que possui uma cobertura. Na parte traseira do dispositivo, encaixa-se uma mascarilha, confeccionada em elastômero sintético na cor cinza, dotada de duas válvulas de inalação. A peça facial possui um tirante de cabeça com quatro pontos de fixação, preso às bordas das mesmas por meio de fivelas com ajuste rápido; deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas	20	Un.	

			do MTE e Descritivo, Boletim ou Catálogo técnico com as características detalhadas do equipamento. Obrigatoriamente deverá conter armação específica dentro da peça facial, para uso de lentes corretivas de óculos convencionais; tamanho M. Marca: 3M Série 6800 ou similar. Marca: Modelo: CA:			
09	1394	614863	Respirador purificador de ar, tipo peça semifacial, filtrante para partículas - PFF2, com formato dobrável, solda ultrassônica em todo o seu perímetro, apresentando camada externa confeccionada com manta não-tecido em polipropileno; camada intermediária de não-tecido em poliéster impregnada com carvão ativado; duas camadas intermediárias de filtro com carga eletrostática; camada interna de não-tecido em polipropileno que fica em contato com o rosto do usuário, na cor azul claro. Nas laterais externas do respirador passam as pontas de dois tirantes elásticos brancos ou são fixadas por meio de solda ultrassom duas presilhas de material plástico, uma de cada lado, através das quais passam as pontas de dois tirantes elásticos, perfazendo uma alça na parte superior, para ajuste da peça no alto da cabeça, e outra na parte inferior, para ajuste na altura da nuca do usuário. O respirador é dotado de uma tira de material metálico moldável na parte frontal superior, utilizada para ajuste ao septo nasal. Na lateral do respirador, existe um dispositivo em material plástico, dotado internamente de uma válvula de exalação; Deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou Catálogo técnico com as características do equipamento. Marca: 3M ou similar. Marca: Modelo: CA:	140	Un.	
10	662	614863	Respirador tipo peça facial inteira, fabricado em EPDM, na cor preta, com dupla vedação facial, carneira de 05 (cinco) pontos e visor em policarbonato incolor. O visor é fixado ao respirador através de braçadeira fabricada em plástico ABS, na cor azul. Na parte frontal inferior do corpo da peça localiza-se a válvula de exalação e um dispositivo dotado de tampa perfurada em material plástico na cor azul. Nas laterais localizam-se as válvulas de inalação e sobre elas um sistema de encaixe tipo baioneta com anel vedante em borracha fixado por meio de braçadeira em aço inoxidável. Nos encaixes tipo baioneta serão fixados os filtros. Deverá conter C.A. Marca: Draeger X-plore 5500 ou similar. Marca: Modelo: CA:	10	Un.	
VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$ ...						

Obs.: Serão exigidas amostras de todos os itens do grupo, conforme especificado no subitem 4.4. do Termo de Referência Anexo I.

GRUPO 03						
ITEM	CÓD. SAMAEE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
11	13811	633289	Luvas de Proteção Térmica para Alta Temperatura: luva de segurança para proteção das mãos contra agentes térmicos (calor e chamas), confeccionada em tecido de aramida (ou	04	Par.	

			fibra sintética de alto desempenho equivalente) com tratamento retardante a chamas. Material: Tecido externo em fibra aramida (tipo Kevlar ou similar) ou fibra de carbono, com forro interno em lã ou algodão isolante. Não será aceito material contendo amianto/asbesto. cinco dedos, com punho longo (mínimo de 30 cm de comprimento total) para proteção do antebraço. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e laudo de ensaio conforme norma EN 407. Resistência ao Calor de Contato: (Nível 4 - 500°C). Resistência ao Calor Convectivo: Nível 3 ou superior. Tamanho único. Marca: JGB ou similar. Marca: CA:			
12	13812	448734	Protetor Facial com Filtração de Infravermelho: protetor facial de segurança para proteção contra impactos de partículas volantes e radiação infravermelha (calor radiante). Visor: Policarbonato moldado com tonalidade Verde (Tonalidade 3.0 a 5.0) OU Dourado/Espelhado (para reflexão de calor). Dimensões: Altura mínima de 200 mm (8 polegadas) para cobertura total da face e pescoço frontal. Suspensão (Carneira): Ajustável através de catraca, com aparador de suor. Norma Técnica: Deve possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e atender à norma ANSI/ISEA Z87.1. Marcação: Deve apresentar marcação indelével indicando a proteção contra impacto (+) e filtração de luz (U e R ou Tonalidade). Marca: JGB ou similar. Marca: CA:	04	Un.	
13	13813	358103	Avental de Proteção Térmica Aluminizado: avental de segurança tipo "barbeiro" (cobre tórax e pernas) para proteção contra calor radiante e respingos de materiais em fusão. Material: Tecido base em fibra sintética (aramida, carbono ou rayon) com face externa aluminizada para reflexão de calor radiante. Dimensões: Largura mínima de 0,60m e comprimento mínimo de 1,00m (ou 1,20m), com tiras de ajuste para pescoço e cintura. Norma Técnica: Deve possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e laudo conforme norma ISO 11612: Propagação de Chama (Código A): A1. Calor Radiante (Código C): Nível C3 ou C4 (Alta refletividade). Costuras: Devem ser feitas com linha de para-aramida (resistente ao fogo) para não desmanchar com o calor. Marca: JGB ou similar. Marca: CA:	04	Un.	
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$ ...</b>						

Obs.: Serão exigidas amostras de todos os itens do grupo, conforme especificado no subitem 4.4. do Termo de Referência Anexo I.

GRUPO 04						
ITEM	CÓD. SAMAEE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
14	13226	292193	Roupa de proteção química nível C, cor amarela, costura termosselada, com capuz, fechamento em zíper e sobrepala em velcro, elástico nos punhos e tornozelos - tamanho XG. Marca: Propilex ou similar. Marca: CA:	15	Un.	





15	13227	292193	Roupa de proteção química nível C, cor amarela, costura termosselada, com capuz, fechamento em zíper e sobrepala em velcro, elástico nos punhos e tornozelos - tamanho XXG. Marca: Propilex ou similar. Marca: CA:	10	Un.	
----	-------	--------	--	----	-----	--

VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$ ...

Obs.: Serão exigidas amostras de todos os itens do grupo, conforme especificado no subitem 4.4. do Termo de Referência Anexo I.

GRUPO 05						
ITEM	CÓD. SAMAE	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
16	11228	486590	Calça impermeável, com elástico na cintura, confeccionada em tecido sintético emborrachado, com espessura entre 0,35mm e 0,40mm gramatura de 190gr/m <sup>2</sup> e composição entre 33% (+ 5%) poliamida (externo), e 67% (+ 5%) policloreto de vinila (interno), tendo como gramatura mínima 190gr/m <sup>2</sup> e com 32 fios/cm na trama e 44 fios/cm no urdume ou superior; fechamento em overlock e todas as costuras pespontadas em máquina reta simples; linha de nylon 100% poliamida nº. 60; para auxílio e fechamento na cintura, deverá haver cordão entrelaçado/cadarço de maneira que sobre 15 (quinze) cm de cada lado do ilhós plástico; na extremidade deste cordão, deverá estar instalada presilha 100% polipropileno com 5mm de espessura e alta resistência; na calça deverá ser acoplado, costurado e impermeabilizado, um par de botas que, nas suas junções, deverá ter o mesmo fator de impermeabilidade do tecido; tanto a calça quanto as botas deverão ter Certificado de Aprovação (CA); as botas de PVC devem ser acopladas pelo mesmo processo de costura e impermeabilização da calça; deverá conter CA - Certificado de Aprovação de acordo com as normas do STRAB; calça tamanho G; bota tamanho nº 39 Marca: Vértice ou similar. Marca: CA:	06	Un.	
17	11231	486590	Calça impermeável, com elástico na cintura, confeccionada em tecido sintético emborrachado, com espessura entre 0,35mm e 0,40mm gramatura de 190gr/m <sup>2</sup> e composição entre 33% (+ 5%) poliamida (externo), e 67% (+ 5%) policloreto de vinila (interno), tendo como gramatura mínima 190gr/m <sup>2</sup> e com 32 fios/cm na trama e 44 fios/cm no urdume ou superior; fechamento em overlock e todas as costuras pespontadas em máquina reta simples; linha de nylon 100% poliamida nº. 60; para auxílio e fechamento na cintura, deverá haver cordão entrelaçado/cadarço de maneira que sobre 15 (quinze) cm de cada lado do ilhós plástico; na extremidade deste cordão, deverá estar instalada presilha 100% polipropileno com 5mm de espessura e alta resistência; na calça deverá ser acoplado, costurado e impermeabilizado, um par de botas que, nas suas junções, deverá ter o mesmo fator de impermeabilidade do tecido; tanto a calça quanto as botas deverão ter Certificado de Aprovação (CA); as botas de PVC devem ser acopladas pelo mesmo processo de costura e impermeabilização da calça; deverá conter CA - Certificado de Aprovação de acordo com as normas do STRAB; calça tamanho G; bota tamanho nº 42. Marca: Vértice ou similar.	10	Un.	

			Marca: CA:			
18	11232	486590	Calça impermeável, com elástico na cintura, confeccionada em tecido sintético emborrachado, com espessura entre 0,35mm e 0,40mm gramatura de 190gr/m <sup>2</sup> e composição entre 33% (+ 5%) poliamida (externo), e 67% (+ 5%) policloreto de vinila (interno), tendo como gramatura mínima 190gr/m <sup>2</sup> e com 32 fios/cm na trama e 44 fios/cm no urdume ou superior; fechamento em overlock e todas as costuras pespontadas em máquina reta simples; linha de nylon 100% poliamida nº. 60; para auxílio e fechamento na cintura, deverá haver cordão entrelaçado/cadarço de maneira que sobre 15 (quinze) cm de cada lado do ilhós plástico; na extremidade deste cordão, deverá estar instalada presilha 100% polipropileno com 5mm de espessura e alta resistência; na calça deverá ser acoplado, costurado e impermeabilizado, um par de botas que, nas suas junções, deverá ter o mesmo fator de impermeabilidade do tecido; tanto a calça quanto as botas deverão ter Certificado de Aprovação (CA); as botas de PVC devem ser acopladas pelo mesmo processo de costura e impermeabilização da calça; deverá conter CA - Certificado de Aprovação de acordo com as normas do STRAB; calça tamanho G; bota tamanho nº 43. Marca: Vértice ou similar. Marca: CA:	05	Un.	
19	6820	445985	Jardineira, na cor azul marinho, confeccionada em nylon emborrachado, tecido de poliamida de 190 (cento e noventa) fios com base PVC, com espessura total entre 0.38 (zero vírgula trinta e oito) e 0,4 (zero vírgula quarenta e cinco) mm; fechamento com costuras duplas, usando linha 100% (cem por cento) poliéster nº. 60 (sessenta), batido com máquina reta e acabamentos em overlock; impermeabilizado nas costuras com adesivo aquoso poliuretano, reforço entrepernas, modelo sanfona e com bota de borracha acoplada através de costuras e impermeabilizada com adesivo aquoso em poliuretano; deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou Catálogo técnico com as características do equipamento; tamanho G, bota nº 38. Marca: Vértice ou similar. Marca: CA:	15	Un.	
20	6839	445985	Jardineira, na cor azul marinho, confeccionada em nylon emborrachado, tecido de poliamida de 190 (cento e noventa) fios com base PVC, com espessura total entre 0.38 (zero vírgula trinta e oito) e 0,4 (zero vírgula quarenta e cinco) mm; fechamento com costuras duplas, usando linha 100% (cem por cento) poliéster nº. 60 (sessenta), batido com máquina reta e acabamentos em overlock; impermeabilizado nas costuras com adesivo aquoso poliuretano, reforço entrepernas, modelo sanfona e com bota de borracha acoplada através de costuras e impermeabilizada com adesivo aquoso em poliuretano; deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE e Descritivo ou Catálogo técnico com as características do equipamento; tamanho G, bota nº 39. Marca: Vértice ou similar. Marca:	10	Un.	

			CA:			
21	6818	445985	Capa de chuva, modelo 7/8 (sete oitavos), na cor amarelo canário, confeccionada em nylon emborrachado, tecido de poliamida de 190 (cento e noventa) fios, com base PVC; espessura total de 0,20 (zero vírgula vinte) mm; fechamento com costuras duplas, usando linha 100% (cem por cento) poliéster nº. 60 (sessenta), batido com máquina reta e acabamentos em overlock; impermeabilizada nas costuras com adesivo aquoso poliuretano, com fechamento frontal através de dois zíperes de nylon nº. 5 (cinco), com 60 (sessenta) cm de comprimento; capuz fixo (com aba), ajustado por cadarços paralelos, com regulador e ponteira em PVC, punhos ajustados com elástico com 20 (vinte) mm de largura; ventilação na parte anterior e posterior do tórax, constituída por aberturas cobertas por pala confeccionada com o mesmo tecido; deverá conter Certificado de Aprovação - CA, de acordo com as normas do MTE; tamanho GG. Marca: Vértice ou similar. Marca: CA:	20	Un.	
VALOR TOTAL DO GRUPO: R\$ ...						

Obs.: Serão exigidas amostras de todos os itens do grupo, conforme especificado no subitem 4.4. do Termo de Referência Anexo I.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome completo e assinatura do representante legal da licitante

